

ENTREVISTA LUÍS CAMPOS FERREIRA Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

"Queremos reforçar os laços com os países da Aliança do Pacífico"

Governante defende que aposta em Chile, Peru, Colômbia e México é uma boa diversificação para as empresas nacionais.

Tiago Freire
tiago.freire@economico.pt

Realizou-se ontem, em Lisboa, a conferência dedicada à Aliança do Pacífico, grupo composto por Peru, Chile, Colômbia e México. O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros foi um dos oradores e explica em entrevista a importância destes mercados para as empresas portuguesas. O Diário Económico publica amanhã o balanço da conferência.

Já temos algumas empresas a apostar nestes países e pelo menos um banco de investimento muito activo no mercado mexicano. Até aqui a investida tem sido isolada ou já tem contado com o apoio institucional "diplomático" do Governo?

O Governo tem estado fortemente empenhado em acompanhar o dinamismo do nosso sector empresarial e em contribuir para o aumento substancial das nossas exportações. A aposta nos países da Aliança do Pacífico integra-se nesta política e é estratégica. Tratam-se de países com os quais temos uma relação de afectos, baseada em fortes afinidades culturais, e objectivos comuns nos planos político e económico. O apoio institucional da nossa rede diplomática, em que a AICEP está integrada, tem sido efectivo, sustentado e instrumental aos bons resultados já alcançados.

Como se pode agregar, debaixo desse chapéu institucional, esta aposta nestes países?

No contexto da estratégia que referi, e procurando interpretar o sentimento e as expectativas dos empresários portugueses – responsáveis pelas decisões das suas empresas –, temos intensificado as visitas oficiais aos 4 países. O Senhor Presidente da República e o Senhor Primeiro Ministro visitaram recentemente a Colômbia e o Peru. Os Presidentes destes dois países vieram igualmente a Portugal. Dentro de 10 dias o Senhor Primeiro Ministro visitará o México, acompanhado por uma missão empresarial. Quanto ao Chile, estamos a implementar o roteiro estratégico para o desenvolvimento das relações bilaterais celebrado em 2012, durante a visita do MNE chileno a Lisboa.

No decurso destas visitas, para além das portas que se abrem e das oportunidades de negócio que são criadas, temos consolidado o



Luís Campos Ferreira salienta o comportamento das exportações portuguesas.

enquadramento legal bilateral com estes países. Nesse sentido, já assinámos convenções para evitar a dupla tributação com os quatro países da Aliança.

Temos, até por razões históricas, uma relação privilegiada com o Mercosul. Este olhar para países de outra área específica não pode significar uma dispersão de energias?

Não se trata de dispersão mas sim de diversificação. Não os encaramos como mercados alternativos mas sim complementares, numa região prioritária para a nossa política externa.

A América Latina é um dos principais motores da economia mundial, com taxas de crescimento notáveis. A excelência das nossas relações políticas e cultu-

rais com aquela região, e a complementaridade entre a oferta empresarial e comercial portuguesa e as atuais necessidades das economias latino-americanas fazem com que a região seja naturalmente relevante para o nosso crescimento económico. As exportações portuguesas para a América Latina cresceram 18,5% entre 2008 e 2012. No primeiro semestre deste ano ultrapassaram 1.400 milhões de euros, originando um superavit de 476 milhões de euros. Reflectindo uma singular relação histórica e afectiva, o Brasil é, naturalmente, o nosso principal parceiro na região. As nossas exportações para o Brasil mais do que duplicaram desde 2008, atingindo uns expressivos 670 Milhões de euros, número que corresponde a mais de 40% das nossas exportações para a América Latina. Quanto ao Mercosul, consideramos estratégica a relação entre a UE e esta instituição. A UE é o 1.º parceiro comercial do Mercosul, e o Mercosul é o nosso 8.º parceiro económico. Estes factos são positivos mas podem ser melhorados e é nesse sentido que estamos muito empenhados na reabertura das negociações comerciais entre os dois blocos, tendo em vista um resultado mutuamente vantajoso, em que os nossos interesses nacionais sejam salvaguardados.

Que razão está na origem do facto de Portugal se instituir como observador da Aliança do Pacífico?

Portugal acompanhou com grande interesse a criação desta organização, e fomos um dos primeiros países europeus a obter o estatuto de observador. O objectivo é claro: queremos reforçar os laços políticos, culturais e económicos com estes 4 países e criar sinergias que se traduzam em benefícios mútuos. A Aliança do Pacífico constitui um dos blocos comerciais mais dinâmicos e promissores na cena internacional, com 210 milhões de consumidores; um mercado aberto graças à recente decisão de eliminar as taxas alfandegárias para 90% dos produtos comercializados; o PIB integrado representa 40% do total da América Latina; é responsável por 55% das vendas da América Latina para o resto do mundo; e apresentou em 2012 taxas médias de crescimento de 5%. Seria uma irresponsabilidade não olhar para estes factos e vermos o elevado potencial para as nossas empresas.

Em termos de exportações, como estão os números para estes quatro países e qual o potencial aparente que possa existir, em termos de crescimento deste movimento?

Tem-se registado um significativo aumento das trocas comerciais

e dos fluxos de investimento entre Portugal e os 4 países da Aliança. Nos últimos 5 anos, as exportações portuguesas aumentaram em média 56% para o Peru, 32% para a Colômbia, 17% para o Chile e 11% para o México. A economia portuguesa tem uma grande compatibilidade com as dos nossos parceiros da Aliança do Pacífico. Nas últimas duas décadas Portugal fez um forte investimento em infra-estruturas, em energias – particularmente as renováveis – e na modernização e informatização da sua administração e sistema de ensino, estando hoje dotado de modernas redes de transporte e telecomunicações bem como de sofisticados sistemas informáticos de "e-government", de gestão escolar e hospitalar. Este conhecimento e experiência – em sectores chave para o desenvolvimento das economias em causa – tem criado oportunidades nestes países para empresas nacionais, através da realização de investimentos e, também, de parcerias com empresas locais. Também outros sectores nacionais, como o turismo, a indústria farmacêutica, a grande distribuição, o agroalimentar, ou a cortiça, têm consolidado a sua presença nestes 4 mercados.

O que pode o poder político fazer, a mais, pelas empresas nacionais lá fora?

O Governo tem prosseguido uma política activa de apoio à internacionalização das nossas empresas, servindo de facilitador na abertura de mercados, na identificação e resolução de problemas e entraves aos negócios, bem como no estabelecimento de acordos que permitam aprofundar o relacionamento económico com países estratégicos. Continuaremos a utilizar a excelência da nossa máquina diplomática e da AICEP, na defesa dos interesses económicos nacionais, procurando melhorar ainda mais a atracção de investimento e os números de exportações que no primeiro semestre superaram 33 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 4% face ao período homólogo de 2012, e constitui o melhor registo dos últimos cinco anos. O Governo procura ajudar através dos meios disponíveis mas o mérito, e tem havido muito, é, essencialmente, dos empresários portugueses. O seu sucesso no estrangeiro é fundamental para a economia portuguesa e deve-nos inspirar nos desafios que enfrentamos. ■

“

O Governo procura ajudar mas o mérito, e tem havido muito, é, essencialmente, dos empresários portugueses.